

Um olhar sobre a música no livro didático de Arte

Comunicação

Rossana Meirelles Cavallini
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
rossanacavallini@gmail.com

Resumo: Os livros didáticos foram, por séculos, ignorados pelos historiadores. Reconhecidos como fonte histórica somente em meados dos anos 1960, continuam subvalorizados e são, comumente, alvo de críticas pelos educadores. Objetos complexos e carregados de historicidade (CHOPIN, 2002), carecem de investigações no campo da educação musical. Seus conteúdos são selecionados, segundo uma variada gama de influências e numa teia de relações complexas, que incluem políticas públicas, lutas curriculares, noções de cultura, cultura escolar, concepções do que é arte e de qual “arte” é adequada aos propósitos da educação, entre outros. Esta comunicação é parte de uma investigação doutoral sobre a história recente da educação musical (2008-2020), que tem como uma das principais fontes de pesquisa livros didáticos de Arte. Investiga uma coleção aprovada no Edital do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) de 2020 e destinada aos Anos Finais do Ensino Fundamental, tendo como objetivo principal levantar a presença de propostas e conteúdos de música na coleção e em relação às outras linguagens artísticas. Ao se lançar um primeiro olhar sobre a coleção, nota-se que, ao contrário do que mostram inúmeros livros escolares anteriores a esse período, a música se faz presente, na coleção. Por outro lado, observa-se a reprodução da dominância das artes visuais em seus conteúdos, metodologia de ensino e quantidade de projetos destinados a essa linguagem artística.

Palavras-chave: História da educação musical, livro didático, ensino de Arte.

Introdução

O livro didático, por muito tempo desprezado pelos historiadores e duramente criticado pelos educadores, somente na segunda metade do século XX começou a conquistar *status* de fonte histórica. No mesmo período em que os manuais escolares ganhavam o interesse dos historiadores, a disciplina de música iniciava um longo período de exclusão nas escolas públicas brasileiras (FONTERRADA, 2008). Movimentos recentes nas políticas públicas, que vêm trazendo de volta a música aos currículos escolares, nos alertam para a importância de estudar como o livro didático vem participando desse processo.

As dificuldades que se apresentam são muitas. O conteúdo de música é parte da disciplina de Arte, ainda marcada pela polivalência. A demanda trazida por políticas públicas,

como a definição de uma Base Nacional Comum Curricular e a inclusão do livro de Arte no Programa Nacional do Livro e do Material Didático¹ (PNLD) pressionam pela produção de reflexões capazes de embasar o trabalho dos educadores.

Se por um lado o livro didático passou a ser entendido pelos historiadores como fonte histórica a partir da segunda metade do século XX, por outro, a área da educação musical ainda não tem tradição de pesquisa sobre o tema do livro didático, como uma busca em periódicos da área pode nos revelar². De que forma ele pode contribuir com as investigações acerca da trajetória recente da educação musical na escola: suas mudanças, permanências, avanços e retrocessos?

Este texto traz reflexões de uma pesquisa em andamento sobre ensino de música e livro didático no Brasil, em anos recentes. A proposta é pensar uma abordagem histórica sobre o livro didático de Arte e a incorporação dos conteúdos de música.

Iniciaremos com algumas considerações sobre o livro didático como fonte da pesquisa histórica, seguida de sua inserção no contexto brasileiro por meio de uma breve retrospectiva do PNLD³. Por fim, apresentaremos a análise inicial de uma coleção de livros didáticos de Arte destinada aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) aprovada no PNLD 2020.

O livro didático como objeto de estudo histórico

Não há dúvidas sobre a centralidade do livro didático na educação. Ele é uma das principais ferramentas de ensino-aprendizagem, um documento que materializa o currículo (CASSIANO, 2013). Entende-se que os livros didáticos cumprem a função de meio e instrumento para a concretização da prática pedagógica, que são reconhecidos como o principal material didático utilizado no processo de ensino aprendizagem, por ser o material

¹ O Decreto nº 9.099 (BRASIL, 2017), alterou o nome do programa para Programa Nacional do Livro e do Material Didático. A sigla se manteve inalterada (PNLD). Para maiores informações sobre o assunto, acessar: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld> Acesso em 24/09/2023.

² Um levantamento inicial em duas revistas da área: Revista da Abem e Opus, no período de 2010 a 2023, encontramos apenas 3 artigos, onde os livros didáticos são mencionados. Outras revistas serão investigadas, futuramente.

³ Sempre que nos referirmos ao período anterior ao Decreto nº 9.099 (BRASIL, 2017), nominaremos o programa por seu nome original: Programa Nacional do Livro Didático.

mais acessível aos professores (TROJAM; RODRÍGUEZ, 2008). Eles norteiam o trabalho dos docentes, podendo conduzi-los a diferentes práticas e reflexões, dependendo de seu conteúdo.

Quanto ao seu uso como objeto de estudo histórico, Choppin (2002) destaca que os manuais escolares representam uma fonte privilegiada para os historiadores, seja qual for o interesse: por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades. Para o historiador, a história da educação e a dos manuais escolares estão entrelaçadas. Ao se lançarem distintos olhares sobre os manuais, fica clara a historicidade que carregam consigo.

O autor chama a atenção para uma dupla e contraditória dimensão dos manuais escolares: por um lado são objetos complexos dotados de múltiplas funções; por outro, em geral, passam totalmente despercebidas aos olhos da maioria dos contemporâneos (CHOPPIN, 2002). São frequentemente descartados após uso, não constam nas bibliotecas (escolares, de universidades e outras), nem mesmo as editoras costumam reservar exemplares, quando saem do catálogo.

Sobre sua complexidade, Teuber e Romanelli (2020, p. 116) apontam que ela reside também no fato de o livro didático estar “diretamente ligado a práticas culturais dos mais diversos sujeitos escolares (gestores, professores e alunos) e também relacionado a um grande conjunto de elementos extraescolares (legislação educacional, orientações curriculares nacionais, editais de aquisição e distribuição, mercado editorial, entre outros).”

Quando se fala sobre o ensino de Arte, o interesse pelos livros didáticos é bem mais recente, sendo uma área de estudos em consolidação, no Brasil. (ROMANELLI, 2019; TEUBER e ROMANELLI, 2020). Focalizando a educação musical, nota-se que a produção da área sobre a temática é ainda insipiente e sua produção, encontra-se dispersa. Em breve incursão aos artigos publicados na Revista da ABEM, importante periódico da área, entre os anos 2010 e 2023, levantamos a existência de apenas três artigos em que os livros didáticos são citados, num universo de 282 artigos. Em apenas um dos artigos, os livros didáticos são o assunto central do texto. A mesma investigação na foi realizada na revista Opus (também no período de 2010 a 2023) e nenhum artigo sobre a temática foi encontrado⁴.

⁴ As revistas da Abem e Opus foram selecionadas para a busca inicial por se tratarem, respectivamente, dos periódicos das Associações que representam os pesquisadores da área de educação musical (ABEM) e de música (ANPPOM). Uma revisão de literatura em andamento focalizada na busca por artigos sobre livro didático e educação musical, no Brasil, notamos que a produção (ainda pequena) encontra-se dispersa em: periódicos



PNLD e livro didático no Brasil: breve histórico

A década de 1930 foi um período marcado por reformas no ensino brasileiro, dentre as quais, a criação de leis e medidas acerca do livro didático. Em 1937, foi criado, como parte das políticas educacionais do Estado Novo, o Instituto Nacional do Livro (INL), mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira⁵.

Em 1976 o INL foi extinto, com a criação da Fundação Nacional do Livro Escolar (Fename), que distribuía livros com recursos da Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação e excluía grande parte das escolas por falta de recursos.

No ano de 1985, cria-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), como parte das políticas de educação implementadas na redemocratização do país, após duas décadas de regime ditatorial militar. Uma de suas metas era o alcance da universalização do então ensino de 1º grau (1ª a 8ª séries) e sua criação trouxe várias mudanças relevantes. Destacamos aqui o término da compra do livro descartável, (que continha exercícios para serem feitos na própria publicação), passando para os livros reutilizáveis; e a mudança na escolha do livro didático a ser adotado, que passou a ser feita diretamente pelos professores.

O ano de 1996 representou um marco no programa: instituiu-se a avaliação prévia no PNLD. Os livros didáticos inscritos no programa passaram a ser examinados por especialistas (avaliadores) e somente os livros que obtivessem parecer favorável iriam para o Guia do Livro Didático, acarretando uma melhora substancial na qualidade dos livros inscritos no programa. Atualmente, após a avaliação pedagógica, as coleções aprovadas (e seus resumos) são publicadas no Guia do PNLD. E, a partir do Guia do PNLD, os professores das escolas públicas escolhem as coleções que serão utilizadas nos próximos quatro anos⁶, em cada disciplina.

de artes visuais, fóruns/associações que congregam pesquisas sobre manuais escolares, faltando uma maior presença da temática nas discussões da Associação Brasileira de Educação Musical.

⁵ Dados obtidos no site do FNDE (MEC), em histórico do PNLD.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico> Acesso em 24/09/2023.

⁶ Inicialmente os livros escolhidos eram utilizados por três anos. A mudança de três para quatro anos foi determinada pelo Decreto nº. 9.099 (BRASIL, 2017).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm Acesso em 24/09/2023.

Segundo Cassiano (2013), o livro didático é elemento fundamental da cultura escolar e, ao mesmo tempo, mercadoria. Em 2003, 54% do mercado editorial era ocupado pelos livros didáticos (faturamento), segundo a Câmara Brasileira do Livro, sendo este o setor mais rentável do mercado editorial brasileiro. Devido ao PNLD, o Estado brasileiro é o maior comprador de livros do país, desde 1996 (CASSIANO, 2013).

Sabe-se que o PNLD compra e distribui livros didáticos para todos os níveis de ensino público, num programa que movimenta mais de um bilhão de reais anualmente. Segundo dados do Programa, em 2020, o mesmo movimentou recursos na ordem de 1,39 bilhão de reais. Distribuiu cerca de 172 milhões de exemplares e atendeu cerca de 32 milhões de estudantes brasileiros. Em 2023, os gastos do programa chegaram a 1,82 bilhão de reais⁷. O programa brasileiro é um dos maiores do mundo.

A disciplina de Arte: da exclusão ao PNLD

Sabe-se que o ensino das artes em geral e o de música, em particular, sofreram grandes perdas durante o regime da ditadura militar brasileira, especialmente após a implantação da Lei 5.692 (BRASIL, 1971). E que somente no ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Arte voltou a ter *status* de disciplina obrigatória nos diversos níveis da Educação Básica e dividida em quatro linguagens (artes visuais, dança, música e teatro).

Desde então, o debate sobre o *lócus* da arte na Educação Básica e a inserção da música no ensino de Arte tomou corpo e vivemos um longo e gradual processo de mudanças legais, acompanhadas de alguns avanços concretos. Dentro desse longo processo, que vem passando há cerca de três décadas, gostaríamos de destacar dois marcos recentes.

A promulgação da Lei 11.769, em 18 de agosto de 2008 é um deles. A Lei alterou o Artigo 26 da LDB 9.394 (BRASIL, 1996), estabelecendo que “A música deverá ser conteúdo obrigatório, porém não exclusivo, do componente curricular” Arte (BRASIL, 2008). Em 2 de maio de 2016, ela foi revogada pela Lei 13.278/16, que estabelece que “As artes visuais, a

⁷ Dados estatísticos disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em 24/09/2023.



dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular” da disciplina de Arte (BRASIL, 2016)⁸. A obrigatoriedade de se abordar as quatro áreas artísticas traz desafios de distintas naturezas, tais como: mudanças no currículo em ação nas escolas de Educação Básica; necessidade de se repensar a formação inicial e continuada de professores de Arte; alterações nos materiais didáticos da área, entre outros.

Outro marco histórico recente a ser destacado refere-se à entrada da disciplina de Arte para os editais do PNLD, ocorrida no ano de 2015. A avaliação, compra e distribuição de livros didáticos de Arte para o ensino público (responsável por cerca de 90% dos estudantes brasileiros) configura-se como algo extremamente relevante, nesse cenário.

Se os livros didáticos são reconhecidos como o principal material utilizado no processo de ensino aprendizagem e o mais acessível aos professores e estudantes, no caso da disciplina de Arte, em que há carência de professores com formação musical, ganham ainda mais relevância, podendo contribuir com a inclusão de conteúdos de música no currículo da disciplina. As mudanças que ocorrem no sistema educativo geram impacto sobre o processo de produção, distribuição e utilização de materiais didáticos. Souza e Gonçalves lembram que os livros didáticos de Arte produzidos para a escola são “um material amplamente distribuído, de fácil acesso e determinante na construção ideológica da música enquanto disciplina escolar” (SOUZA e GONÇALVES, 2020, p. 127).

A inserção da disciplina nos editais do programa vem provocando mudanças substanciais nos livros didáticos de Arte produzidos pelos grupos editoriais, que aumentaram ainda mais seu faturamento com a entrada dos livros de Arte para o programa. Seria pertinente, então, perguntarmos: estaria a música presente nos livros didáticos de Arte do PNLD? Quão presente está, como se dá, nos mesmos, a distribuição dos conteúdos, entre as quatro linguagens artísticas? Pensamos que o caminho para inclusão da música nas escolas públicas, tendo o livro didático como um de seus protagonistas, começa com a presença dessa linguagem, nos manuais escolares da disciplina de Arte.

A música na coleção “Por toda parte”

⁸ Apesar de não excluir a música da disciplina de Arte, a lei 13.278/2016 é considerada um retrocesso por vários educadores musicais, pois nela retirou-se o termo “obrigatório” do conteúdo de música e reafirmou-se a polivalência no ensino de Arte, quando se estabeleceu as quatro linguagens como constituintes da disciplina.

A coleção alvo desta análise foi aprovada pelo Edital do PNLD 2020 (BRASIL, 2018), que avaliou livros didáticos de Arte para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos). Dez coleções foram inscritas no Edital, das quais sete foram aprovadas. Dessa forma, os professores de Arte do ensino público tiveram sete coleções de livros didáticos para escolher e utilizar por quatro anos (2020, 2021, 2022 e 2023). Ao final desse ciclo as escolas poderão mudar o livro adotado, caso desejem.

Intitulada “Por toda parte” (FERRARI et al., 2018), a coleção é composta por quatro volumes, um para cada ano e está entre as mais vendidas⁹. Cada volume é composto por três livros (dois físicos e um virtual), denominados: Livro do Estudante (LE), Manual do Professor (MP) e Manual Digital do Professor (MDP). Tivemos acesso a quatro livros físicos, os quatro Manuais do Professor (MP).

A coleção foi escrita de acordo com o Edital do PNLD e seus critérios de avaliação se encontram explícitos no Guia Digital (BRASIL, 2019). O Guia expõe como primeira norma dos “critérios eliminatórios comuns”, o “Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à educação” (BRASIL, 2019, p. 20).

Outro aspecto que se deve ressaltar é o impacto que a escrita de livros didáticos nos últimos anos teve na finalização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018. Desde então, todos os livros didáticos devem ser escritos de acordo com a Base Comum. A BNCC preconiza, em termos da disciplina de Arte, a necessidade de uma integração entre as linguagens artísticas. Segundo o Guia

As coleções aprovadas no PNLD 2020 confirmam o aprimoramento do material didático dedicado ao ensino e à aprendizagem da Arte e o quanto os critérios estabelecidos para a análise do mérito das coleções nesta edição, em que a BNCC desempenha função estrutural na arquitetura do processo... (BRASIL, 2019, p. 24)

Tanto a Lei nº 13.278 (BRASIL, 2016), quanto a BNCC (BRASIL, 2018) preconizam a integração e a presença de conteúdos das quatro linguagens artísticas. Porém, diante da histórica dominância de uma linguagem artística (artes visuais) em detrimento das outras, a

⁹ A Ed. FTD situa-se entre os 3 maiores grupos editoriais envolvidos no mercado de livros didáticos, tendo sido a segunda em faturamento, no PNLD 2020. Dados estatísticos disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em 24/09/2023.

primeira pergunta que fizemos foi: as quatro linguagens estão contempladas de forma equilibrada, na coleção? Qual o status da música, nesse contexto? Em nossa experiência com a produção de livros didáticos de Arte, tivemos contato com inúmeras coleções no início dos anos 2000, nas quais se observava com frequência o domínio de conteúdos de artes visuais (e, em alguns casos, a exclusividade dessa linguagem). Quando existiam, os conteúdos das outras linguagens eram comumente esparsos e superficiais. Decidimos, então, ao lançar um primeiro olhar sobre a coleção, focalizar o levantamento da presença da linguagem “música”, em cada volume.

Sobre esse assunto, é relevante também apontar que a presença de conteúdos de cada linguagem está relacionada com o aspecto da ‘autoralidade’. Nota-se que livros com conteúdos exclusivos de artes visuais foram escritos por um ou mais autores dessa área. É válido informar, de antemão, que a coleção “Por toda parte” foi escrita por quatro autores, um de cada área artística. A autora da área de artes visuais é a coordenadora da coleção.

Ao examiná-la, variados impactos da BNCC podem ser percebidos: a forma de organização das seções, as temáticas escolhidas, modo de abordagem dos conteúdos, entre outros. Em termos da organização das seções, cada volume é composto por quatro unidades, cada unidade se divide em dois capítulos e cada capítulo, em dois ‘temas’. Cada volume é, portanto, composto por oito capítulos e dezesseis ‘temas’.

Com relação às temáticas e conteúdos abordados, cada ‘tema’ tem um título, que focaliza o assunto que será trabalhado, podendo abarcar uma ou mais linguagens artísticas. Ao final de cada ‘tema’, há uma seção chamada “arte em projetos”, que aborda a principal linguagem artística nele trabalhada e consiste em um projeto de trabalho focado na prática artística. O quadro 1 mostra a quantidade de projetos (“arte em projetos”) de cada linguagem artística, em cada volume da coleção.

Quadro 1: Distribuição quantitativa de “arte em projetos” por linguagem artística.

	A. Visuais	Dança	Música	Teatro	Artes Integradas	Total
6º ano	6	3	3	2	2	16
7º ano	4	1	6	2	3	16

8º ano	4	0	4	0	8	16
9º ano	7	2	1	1	5	16
Total	21	6	14	5	18	64
Porcentagem	32,8%	9,3%	21,8%	7,8%	28,1%	100%

Fonte: A autora (2023)

Além das quatro linguagens artísticas previstas na LDB, a BNCC acrescentou uma “quinta”, intitulada ‘artes integradas’, presente na coleção. Percebe-se que, conforme os anos avançam, são priorizados os temas de ‘artes integradas’. Entre os 18 temas de ‘artes integradas’ da coleção, encontramos os seguintes assuntos: arte de brincar, circo, ópera, cinema, fotografia, linguagens híbridas, rádio, animação, arte multimídia, arte no corpo, arquitetura, vídeo dança, semana de arte moderna, festival artístico de formatura, entre outros. Há temas em que uma linguagem se destaca, como o circo, em que a linguagem do teatro é focalizada. Há alguns em que se observa a presença de conteúdos de três ou até das quatro linguagens, mas em geral, há uma ou duas linguagens que se destacam pela própria natureza de cada assunto.

O quadro 1 mostra que a linguagem música está presente na coleção, sendo a segunda linguagem mais trabalhada. No 2º volume (7º ano) música é a linguagem mais abordada (com 6 projetos), dominando as temáticas e conteúdos do volume. Além disso, é a principal linguagem de um dos temas de ‘artes integradas’, que aborda a ópera, sendo também contemplada no tema sobre cinema. No 3º volume (8º ano), a música é focalizada no mesmo número de temas que as artes visuais (4 temas cada). Quando se observa os temas de ‘artes integradas’, vê-se que as linguagens mais abordadas são artes visuais, dança e teatro. No caso do 3º volume, tanto dança quanto teatro são abordadas apenas nos temas de ‘artes integradas’.

Observando-se a coleção como um todo, observa-se o predomínio da linguagem artes visuais, sendo abordada em 32,8% dos projetos. E a predominância dessa linguagem vai além: ao aprofundar o olhar sobre cada tema, levantamos a duração de cada um e constatamos que os temas que abordam artes visuais são frequentemente mais extensos. A título de exemplo, destacamos o capítulo 2, da unidade 2, do 1º volume (6º ano), intitulado

“Brasil plural”. Nele, uma seção ‘arte em projeto’ é de artes visuais e outra, de música. O de artes visuais ocupa 13 páginas e o de música, somente 3. No capítulo 1 do 1º volume (6º ano), o tema de artes visuais ocupa 18 páginas e o de música, 8 páginas. Esse “formato” se estende pela grande maioria dos ‘arte em projetos’ e temas da coleção. Além disso, há temas de ‘artes integradas’ em que as artes visuais são trabalhadas quase que exclusivamente, como fotografia, animação, arquitetura e semana de arte moderna, por exemplo.

A linguagem menos presente nas seções ‘arte em projetos’ é o teatro (7,8%), seguido pela dança (9,3%). Em contrapartida, ambas as linguagens são o foco do trabalho em diversos temas de ‘artes integradas’ (circo, cinema, vídeo dança). Entende-se que os autores e editores priorizaram a abordagem da dança e do teatro, em integração com outras linguagens artísticas. É válido pontuar que, apesar disso, essas linguagens são as menos abordadas na coleção.

Considerações finais

Ao se olhar para o conteúdo música na coleção “Por toda parte”, podemos constatar que o mesmo está bastante presente, quebrando, de certa forma, o monopólio das artes visuais. A atual legislação educacional estabelece as quatro linguagens artísticas como constituintes da disciplina de Arte e comprovamos a presença de todas na coleção examinada. Porém, a legislação não garante equanimidade entre as mesmas e a análise da coleção “Por toda parte” mostrou uma clara desigualdade quantitativa de conteúdos, entre elas.

O segundo lugar ocupado pela música não nos parece fruto do acaso. A mobilização dos profissionais da área de educação musical em torno da luta pelo retorno da música às escolas brasileiras soma mais de duas décadas e, apesar de revogada, a Lei 11.769/2008 parece ter deixado importantes marcas nos livros didáticos de Arte, que potencializam mudanças no ensino da disciplina.

Sobre essa questão, Silva (2011) afirma que os livros didáticos estão inseridos em contextos historicamente localizados, são produtos de relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade. Da seleção de seus conteúdos curriculares e pedagógicos, forma de



condução desses conteúdos, formato de apresentação (materialidade), ao seu projeto visual, nada é escolhido ao acaso. Pesquisá-los implica em pesquisar um objeto cultural complexo, especialmente quando este é entendido como um documento histórico.

A inserção da disciplina nos editais do PNLD vem, claramente, produzindo mudanças substanciais nos livros didáticos de Arte. A qualidade dos livros didáticos produzidos para o PNLD vem apresentando melhorias visíveis, em diversos aspectos: da contemplação das quatro linguagens artísticas, à qualidade de escrita, seleção dos conteúdos e formas de abordagem dos mesmos, entre outros.

Segundo Forquin,

de acordo com as épocas, as sociedades, os níveis de estudo, as clientelas escolares, as ideologias pedagógicas, o sistema de relações de forças entre os grupos que buscam controlar as transmissões educacionais, não são os mesmos aspectos, os mesmos componentes da herança que dão lugar à referência, à interpretação ou à transmissão no contexto dos programas escolares. (FORQUIN, 1992, p. 30)

Em concordância com o autor, pensamos que a legislação educacional e os documentos curriculares são parte de uma engrenagem maior. Se por um lado, não determinam conteúdos e as formas de abordagem dos conteúdos selecionados, por outro, suas mudanças são capazes de mover essa engrenagem.

Sabemos que a simples presença de conteúdos de música nos livros didáticos não garante sua inclusão no ensino de Arte, porém, certamente representa um primeiro passo nessa direção.



Referências

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

_____. *Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008*. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica. Brasília, DF, 2008.

_____. *Lei n. 13.278, de 2 de maio de 2016*. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino de arte. Brasília, DF, 2016.

_____. *Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018.

_____. Ministério da Educação. *Edital do PNL D 2020*. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial. Brasília, DF, 2018.

_____. Ministério da Educação. *PNLD 2020: arte – guia de livros didáticos*. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI*. São Paulo: Unesp, 2013.

CHOPPIN, Alan. O historiador e o livro escolar. *Revista História e Educação*, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari; KATER, Carlos Elias; DIMARCH, Bruno Fischer; FERRARI, Pascoal Fernando. *Por toda parte: ensino fundamental - anos finais* (4 volumes). 2 ed. São Paulo: FTD, 2018.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. *De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação*. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria e Educação*, 1992, 5, p.28-49.



ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. Entre o digital e o impresso: perspectivas nos manuais e mídias para o ensino da música no Brasil. *RELATEC - Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa*, v. 18, n. 2, 2019.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. *Revista de Teoria da História*. Ano 2, n. 5, p. 177-197, jun. 2011.

SOUZA, Karla Beatriz Soares de; GONÇALVES, Lilia Neves. O saber musical escolar e o livro didático de arte: uma análise dos conteúdos nas coleções aprovadas no PNLD. *Olhares & Trilhas*. Uberlândia, v.22, n. 1, p. 122-145, jan./abr. 2020.

TEUBER, Mauren; ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. O processo de escolha dos livros didáticos por professores de Arte: Mediações (in) imagináveis. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria: UFSM, v. 13, n. 3, p. 114-137, set./dez. 2020.

TROJAN, Rose Meri; RODRÍGUEZ, Jesús Rodríguez. Os PCNs e os Materiais Didáticos para o Ensino da Arte: o que propõem? *Linhas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 49-71, jan./jun. 2008.

